



Indústria nacional de defesa receberá incentivos fiscais

Medida aprovada ontem no Senado ainda institui normas de licitação para o setor, beneficiando empresas brasileiras e produtos e serviços com conteúdo nacional

A indústria brasileira do setor de defesa receberá isenção de IPI e contribuições. O Plenário aprovou ontem o projeto de conversão que cria regime tributário especial para a indústria de defesa nacional (Retid) e institui normas específicas para a licitação de produtos e

sistemas do setor. O objetivo é o fortalecimento da indústria nacional, explicou Fernando Collor, que relatou a matéria. O Senado manteve as modificações inseridas pela Câmara dos Deputados na MP 544/11 e o texto segue agora para sanção presidencial. **3**



Waldemir Barral/Senado Federal

Sarney e Collor conversam durante sessão em que o Plenário aprovou estímulo ao setor de defesa: isenção de IPI e contribuições



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Ministro Aloizio Mercadante fala na audiência pública ao lado de Roberto Requião, Paulo Bauer e Eduardo Suplicy

Mercadante pede renda do pré-sal aplicada na educação

Em audiência pública, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, defendeu que 30% dos royalties do petróleo da

camada pré-sal sejam destinados à rede pública de ensino. Isso, segundo ele, garantiria o desenvolvimento do Brasil. **7**

PEC dos Recursos sai de pauta para comissão ouvir presidente da OAB sobre o assunto

Comissão deve ouvir advogados “institucionalmente”, defendeu Francisco

Dornelles. O autor e o relator da proposta querem o debate ainda em março. **8**



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Eunício Oliveira (C), ao lado de Romero Jucá (D), preside reunião da CCT

Salário menor para mulheres poderá render multa a empresa 6

Combate à pobreza faz parte da agenda da Rio+20, diz ministra 4

Planos de saúde poderão ser penalizados por danos morais

A medida, que integra projeto aprovado ontem em comissão, vale para casos

de emergência e urgência em que os pacientes não forem atendidos. **5**



Pedro França/Senado Federal

Jayme Campos preside comissão que aprovou novas regras para planos de saúde



José Cruz/Senado Federal

Audiência da CCT, presidida por Eduardo Braga (2º à esq.), foi encerrada com aplausos na linguagem de sinais

“Torpedo” mais barato para surdos vai a voto dia 7 4

Avança projeto que combate a falsificação de remédios 5

Novo ministro da Pesca, Crivella toma posse amanhã 8

Sarney vai priorizar nova previdência de servidores 2

Projeto aprovado na Câmara deve começar a ser analisado pelo Senado em março. Texto estabelece três fundos de previdência complementar: para servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário

Sarney prioriza previdência complementar de servidores

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, afirmou ontem que o Projeto de Lei 1.992/07, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), terá prioridade na Casa, onde deve começar a ser analisado em março.

— Terei que consultar as lideranças, mas meu ponto de vista pessoal é que devemos votar o mais rápido possível — disse Sarney.

Em visita ao Senado ontem, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse que o governo espera votação rápida.

— Os próprios senadores já se manifestaram dizendo que, dada a evolução das nego-

ciações na Câmara, o projeto já está bastante razoável — afirmou Ideli.

O texto — aprovado na Câmara terça-feira e concluído ontem com votação de destaques — estabelece a criação de três fundos de previdência complementar: para servidores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Quem ingressar no serviço público após a vigência das novas regras terá a contribuição previdenciária limitada a 11% do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje fixado em R\$ 3.916,20. Esse será também o limite da aposentadoria paga. Para valor maior, o servidor poderá contribuir

com o fundo complementar do Poder onde trabalha.

A contrapartida da União será limitada a 8,5% do salário. Quem ganhar menos do que o limite do RGPS poderá contribuir com o fundo e, assim, conquistar o direito à previdência complementar, mas sem a contrapartida. O valor da contribuição será definido previamente, mas o do benefício dependerá da rentabilidade do fundo.

Os atuais servidores terão dois anos para optar pelo novo sistema. Quem fizer essa opção poderá receber, ao se aposentar, uma parcela referente ao período em que contribuiu para o regime anterior.

Bancada do Amapá cobra iniciativas do governo

Ao lado de integrantes da bancada do Amapá no Congresso, o presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se ontem com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para pleitear soluções para problemas do estado.

Os parlamentares cobram, entre outros temas, as conclusões do trecho sul da BR-156 e do Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre, em Macapá.

— Essas obras precisam de solução, principalmente a do aeroporto de Macapá, que esta impacientando as pessoas — assinalou João Capiberibe (PSB).

A melhoria do aeroporto, lembrou o parlamentar, foi interrompida em 2007 em



Ministra Ideli ouviu Sarney no encontro com parlamentares do Amapá

razão da Operação Navalha, da Polícia Federal. A ação visou desbaratar esquemas de corrupção em obras feitas pelo governo federal.

Outro tema discutido foi a ação movida pela União contra professores do Amapá, que resultou em perda salarial.

— Recentemente, os servidores federais perderam uma conquista salarial que eram os 84,32% do chamado Plano Collor e há a necessidade de retomada da gratificação especial em atividades docentes — disse Randolfe Rodrigues (PSOL).

Nova líder do PSB, Lídice afirma que manterá apoio a Dilma

Lídice da Mata (BA), nova líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Senado, informou ontem ser a primeira vez que uma mulher lidera seu partido na Casa.

— Quero registrar agradecimento à nossa bancada e afirmação do compromisso, como líder do partido, de prosseguir o trabalho destacado do senador [Antonio Carlos] Valadares na manutenção dos princípios do nosso partido e no fortalecimento do programa e do projeto da presidente Dilma no Senado.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Humberto Costa comemora entrega de moradias em Recife

Humberto Costa (PT-PE) comemorou a visita de Dilma Rousseff a Recife no início da semana. O senador informou que Dilma, acompanhada do prefeito da capital, João da Costa, e do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, entregou 480 moradias no Residencial Via Mangue, na capital.

Humberto Costa também lamentou o assassinato do bispo anglicano Robinson Cavalcanti e de sua esposa, Miriam Nunes Cavalcanti, em Olinda (PE) no último domingo.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cearenses renovaram admiração a Dilma, afirma Eunício Oliveira

Eunício Oliveira (PMDB-CE) fez relato da visita que a presidente Dilma Rousseff fez ao Ceará, na segunda-feira.

— Foi um dia em que os cearenses renovaram a admiração pelo que a presidente Dilma vem fazendo pelo estado — assinalou o parlamentar, que acompanhou a viagem.

Ele anunciou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) emitiu ordem de serviço para recuperar 34 quilômetros da Transamazônica.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Randolfe pede voto de pesar pela morte de Amílcar Pereira

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentou em Plenário voto de pesar pelo falecimento de Amílcar da Silva Pereira, ex-deputado federal e ex-governador do Amapá, que morreu segunda-feira, aos 93 anos, no Rio de Janeiro. O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que o ex-governador prestou excelentes serviços ao Amapá no período de estruturação do estado.

Valadares faz homenagem a Seixas Dória

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou o ex-governador de Sergipe Seixas Dória, que morreu em janeiro. O senador lembrou do papel do ex-governador no combate à ditadura. Dória, disse, teve os direitos políticos suspensos durante dez anos por se opor ao regime militar.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Isenções para café não torrado

14h A pauta está trancada pelo PLV 3/12, que isenta de PIS-Pasep e Cofins as receitas decorrentes da venda do café não torrado.

Presidência Cerimônia no Planalto

11h José Sarney participa de cerimônia de assinatura de Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção Civil, no Palácio do Planalto; às 15h30, recebe o presidente do BID, Luis Alberto Moreno; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 18h, recebe o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

CRA Escoamento da produção

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a situação do escoamento da produção agropecuária das safras de 2011 e 2012 da região Norte por meio da BR-364, rota para o porto do rio Madeira. Foi convidado Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

CI e CMA Debate sobre leilões dos aeroportos

9h As comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promovem audiência pública sobre os leilões dos aeroportos de Cumbica, Viracopos e Brasília. Entre os convidados, o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt de Oliveira.

Mercosul Política de biocombustíveis

9h Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para votar requerimentos. Também na pauta projeto que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis.

CDH Audiência sobre ações da PM

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os atos da polícia militar na desocupação de terras na Fazenda Sálvia (DF), na cidade de Brasileira (AC), na Bahia e no Piauí.

CRE Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicações para cargos de embaixador na Jordânia, São Vicente e Granadinas, Sri Lanka e Maldivas.

Subcomissões Rio+20 em discussão

19h30 A Subcomissão de Acompanhamento da Rio +20, da CRE, e a Subcomissão de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, da CMA, realizam audiência pública conjunta para debater o planejamento e a realização do evento.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Simon elogia Tombini pela política de redução de juros

A política de redução da taxa básica de juros foi elogiada por Pedro Simon (PMDB-RS) na audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fez terça-feira com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. O parlamentar assinalou que hoje observa economistas e jornalistas econômicos reconhecerem que a decisão de reduzir juros tem sido correta, ao contrário do que se pensava inicialmente.

— Falava-se que o mundo está em crise, que a situação é delicada, que não podemos mexer nos juros. Mas o presidente do Banco Central veio à revelia de tudo isso e está dando certo — avaliou Simon.

A taxa Selic caiu de 12,5% em julho de 2011 para 10,5% em janeiro de 2012. Na audiência, o presidente do Banco Central previu mais redução dos juros até o fim do ano, acrescentando que a inflação deve ficar no centro da meta de 4,5%.

Com bom humor, Simon saudou o fato de Tombini ser gaúcho e disse que sua indicação pela presidente Dilma Rousseff foi muito bem recebida por tratar-se de um técnico



Para senador, hoje se reconhece que é correta a decisão do Banco Central

especializado e dedicado ao Banco Central. Simon lamentou que os dois antecessores não tivessem esse perfil.

— Fernando Henrique indicou o maior aplicador do mundo em termos de finanças internacionais [Armínio Fraga]. Lula indicou um deputado eleito pelo PSDB, até hoje o primeiro presidente estrangeiro do Banco de Boston [Henrique Meirelles].

Simon aproveitou para reforçar sua pregação a favor da Lei da Ficha Limpa no Executivo.

— Tombini é um bom exemplo nesse sentido. Está na presidência do Banco Central não por pressão política de A ou B ou porque o partido indicou; está lá por competência pessoal — disse o senador.

Senado aprova texto originado de medida provisória que isenta de impostos equipamentos voltados às Forças Armadas. Objetivo é proteger empresas nacionais e reequilibrar balança comercial do setor

Indústria estratégica de defesa terá isenções fiscais

O PROJETO QUE cria regime tributário especial para a indústria de defesa nacional (Retid) foi aprovado pelo Senado. O texto (PLV 2/12) — que também institui normas específicas para a licitação de produtos e sistemas de defesa, dando preferência de compra à indústria nacional — traz as modificações feitas pelos deputados na MP 544/11. A medida perderia a vigência no dia 8, mas segue agora para sanção.

O novo regime isenta as empresas estratégicas credenciadas pelo Ministério da Defesa da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre peças, componentes, equipamentos, sistemas, insumos, matérias-primas e serviços usados por elas. Os fornecedores de bens e serviços terão de provar que ao menos 70% de suas receitas de vendas sejam para as empresas classificadas como estratégicas de defesa, para outras empresas definidas em decreto do Executivo, para exportação ou



Collor, relator, diz que é "pífia" a atual participação brasileira no mercado

para o Ministério da Defesa.

As empresas estratégicas precisarão ter sede no país, dispor de comprovado conhecimento científico ou tecnológico e assegurar o controle acionário de brasileiros, embora seja admitida a participação de estrangeiros. O relator, Fernando Collor (PTB-AL), disse que um marco regulatório para o setor era necessário: "No mercado mundial de defesa, que movimenta US\$ 1,5 trilhão anual, o Brasil tem hoje participação pífia, de cerca de US\$ 1 bilhão".

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lamentou que os

impactos causados por incentivos fiscais "nunca sejam avaliados de forma criteriosa". Lúcia Vânia (PSDB-GO) perguntou quem pagará pela isenção.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aécio Neves (PSDB-MG), o PLV 2/12 beneficia setor específico em vez de empreender ampla reforma fiscal. Eles criticaram o governo por penalizar estados e municípios com redução do IPI. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que os Estados Unidos cancelaram a compra de aviões da Embraer devido às críticas por comprarem material de defesa de outro país.

Dornelles pede aprovação de projeto que desonera empresa

Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu agilidade na aprovação de projeto que acaba com a cobrança da contribuição social de 10% incidente sobre todos os débitos



Francisco Dornelles

do empregador em caso de demissão sem justa causa. O texto (PLS 198/07 — Complementar) é do então senador Renato Casagrande, hoje governador do Espírito Santo.

A contribuição foi criada para cobrir o passivo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) gerado pelos planos Verão e Collor I. O recolhimento é feito com base em alíquota de 10% sobre o saldo

do FGTS acumulado durante a vigência do contrato de trabalho do empregado.

Segundo o senador, um acordo já atendeu quase 40 milhões de trabalhadores, gerando recursos para cobrir o passivo do fundo e pagar os beneficiários.

Para Dornelles, a existência da cobrança não faz mais sentido e o tributo não tem qualquer razão de existir.

— Agora o governo utiliza esse percentual de 10% em relação às dispensas sem justa causa destinando não ao FGTS, mas ao orçamento — observou.

Malta propõe ouvir Irã sobre pastor condenado à força



Magno Malta

embaixador do Irã a falar sobre a situação do iraniano condenado à força pelo governo de seu país, por recusar-se a renegar a fé cristã. O senador informou que a Frente Parlamentar em Defesa da Família deve pedir audiência com o cônsul iraniano em Brasília para interceder pelo pastor.

Magno Malta (PR-ES) apresentará requerimento à Comissão de Direitos Humanos (CDH) convidando o

Senado ratifica texto do tratado de extradição com Israel

O Plenário aprovou projeto que ratifica o texto do Tratado de Extradição entre Brasil e Israel, celebrado em 2009. Acatada anteriormente pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde foi relatada por Luiz Henrique (PMDB-SC), a matéria vai a promulgação.

— A extradição é o mais basilar instrumento de cooperação jurisdicional penal internacional e visa que as fronteiras territoriais não sirvam para evitar a punição de criminosos comuns — explica o relator.

SENADORES ASSINAM LISTA DE PRESENÇA

Devido a problemas ocorridos ontem no sistema do painel eletrônico de votação do Plenário do Senado, o presidente José Sarney solicitou que, na sessão de hoje, os senadores registrem seu comparecimento assinando o livro de presença.

Sarney admitiu que a tecnologia do painel, desativado após o travamento, "não é moderna e vem apresentando falhas". Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, o Prodasen e a empresa mantenedora do sistema estão trabalhando para encontrar solução, que será submetida à aprovação da Unicamp, entidade certificadora do equipamento. O painel está em funcionamento há dez anos.

Jucá cobra realização de debate sobre ICMS ainda em março



Romero Jucá

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), fez ontem apelo para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) agende ainda para março a audiência pública sobre projeto de resolução do Senado (PRS 72/11) que uniformiza as alíquotas do ICMS nas

operações interestaduais com bens importados do exterior.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou já ter acertado com Ricardo Ferraço (PMDB-ES), relator do PRS 72/11, que a próxima audiência da comissão será sobre o assunto.

Marta defende âncora fiscal e ajuste do governo no Orçamento



Marta Suplicy

A programação orçamentária de 2012, segundo Marta Suplicy (PT-SP), reforça o compromisso do governo federal em consolidar a âncora fiscal como base para a estabilidade econômica. A senadora garantiu que os ajustes no orçamento serão feitos sem comprometer os gastos sociais e os investimentos.

Marta ressaltou que as políticas de saúde, educação e combate à pobreza receberão recursos até maiores do que os do ano passado. "O Brasil hoje é um grande exemplo de responsabilidade e sustentabilidade fiscal no mundo", afirmou.

Paim quer medidas para tornar a indústria têxtil mais competitiva



Paulo Paim

A indústria têxtil brasileira apresenta déficit milionário na balança comercial, segundo Paulo Paim (PT-RS). Ele defendeu a adoção de medidas para favorecer a competitividade e gerar empregos no setor, "que em 2011 registrou corte de 20 mil empregos e déficit de US\$ 4,5 milhões". O senador sugeriu reestruturação da carga tributária para evitar concorrência desleal com importados. Paim disse que as importações da China já cresceram 46% no setor têxtil e que é preciso fortalecer ainda os segmentos moveleiro, calçadista e tecnológico.

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira ressalta que o Brasil, pelos resultados alcançados e pelo compromisso com a erradicação da miséria, é visto internacionalmente como estratégico

Combate à pobreza está na agenda da Rio+20

ALÉM DA AGENDA ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) abordará também temas ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico, explicou ontem a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Em nome do Executivo, a ministra passou à Comissão de Meio Ambiente (CMA) detalhes sobre a organização do evento, que ocorrerá em junho no Rio de Janeiro. A agenda, bem mais ampla, tratará, por exemplo, da erradicação da pobreza.

— Nesse aspecto, o Brasil é novamente visto como estratégico, tanto pelos resultados positivos obtidos na área, como pelo compromisso político assumido na luta contra a miséria — afirmou.

Chefes de Estado

Izabella Teixeira disse que espera a “presença maciça de chefes de Estado”. A ministra não quis adiantar os nomes confirmados e limitou-se a informar que o primeiro-ministro da China já garantiu presença.



Ministra Izabella Teixeira espera presença maciça de chefes de Estado

— Líderes europeus virão em peso, assim como outros líderes de nações-chave. Tão logo tenhamos os nomes, vamos torná-los públicos — prometeu.

O governo, de acordo com ela, tem feito o máximo para estimular a participação da iniciativa privada e da sociedade civil, garantindo espaços e agenda oficial ampla de atividades paralelas.

— Espaços estão sendo assegurados a diferentes grupos sociais que querem participar com programações específicas. Não há restrição alguma. Pelo contrário, estamos

Comissão do Senado vai à conferência

O Senado aprovou a criação de comissão externa para representar a Casa durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada entre 20 e 22 de junho no Rio de Janeiro.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que preside a Comissão de Meio Ambiente, enfatizou que a conferência deverá estabelecer novos paradigmas para o desenvolvimento mundial, com foco na economia verde, com crescimento sustentável e erradicação da miséria.

estimulando a participação e o engajamento. Esperamos mais de 50 mil participantes, entre credenciados e não credenciados, mas há quem preveja muito mais — afirmou.

“Brasil deve ser anfitrião e protagonista”

A ascensão de brasileiros a cargos importantes no cenário internacional demonstra que o Brasil vem assumindo papel de protagonista no que diz respeito a questões ambientais, na avaliação do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg.

— Por isso, a expectativa e a responsabilidade do país na organização do evento são muito maiores — afirmou o senador.

Jorge Viana (PT-AC) manifestou opinião semelhante, assinalando que não basta

ao Brasil ser apenas a sede da Rio+20.

— É preciso assumir a liderança nas negociações. E o país tem força para isso. A Rio+20 está no melhor endereço — disse.

A ministra Izabella Teixeira concordou com os senadores, ressaltando que o Brasil tem todas as condições de ser anfitrião, negociador e mediador de papel relevante nas negociações multilaterais. De acordo com a ela, a Rio+20 está sendo organizada em torno de

dois temas centrais: economia verde e estrutura de governança internacional para o desenvolvimento sustentável.

Apesar das expectativas positivas, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) se disse receoso de sair frustrado após o evento.

Já a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou que a conferência, 20 anos depois da Rio-92, não pode ser apenas “um aglomerado de debates sobre temas diversificados”.

CCT vota “torpedo” mais barato para deficientes

O projeto de lei (PLS 238/08) que estabelece tarifas mais baixas nos serviços de mensagem de texto para os usuários de celular com deficiência auditiva ou de fala deve ser votado na semana que vem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT). A informação foi dada pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da comissão, durante audiência pública. O projeto será votado em decisão terminativa na CCT e altera a Lei Geral de Telecomunicações.

Em 2008, quando apresentou a proposta, o então senador Flávio Arns assinalava que o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal já previa planos específicos para esse

segmento da população, mas a norma não estava sendo respeitada pelas operadoras de telefonia celular.

Na audiência, o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Eduardo Levy, afirmou que as operadoras vêm oferecendo planos alternativos com preços mais baixos para quem tem deficiência auditiva ou de fala.

— Basta apresentar uma carteirinha de alguma associação ou, por exemplo, um exame de audiometria — declarou. Ele também defendeu a desoneração dos serviços e dos aparelhos celulares como forma de reduzir os custos para as pessoas com deficiência.



Eduardo Braga (C) anuncia a votação do projeto para a semana que vem

Inovação tecnológica amplia acessibilidade e inserção social

O PLS 238/08 e o relatório favorável elaborado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) foram defendidos por vários representantes das pessoas com deficiência presentes na CCT. Eles também reiteraram que os avanços científicos e tecnológicos são essenciais para ampliar a acessibilidade e, portanto, a inclusão social dessa parcela da população.

— São a ciência e a tecnologia que garantem a equiparação de oportunidades para

as pessoas com deficiência — frisou Antônio José Ferreira, que está à frente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Moisés Bauer, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), observou que “há alguns anos, não poderíamos imaginar a comunicação entre um surdo e um cego sem o auxílio de um intérprete”.

Luiz Henrique destaca programa ambiental



Luiz Henrique (PMDB-SC) elogiou a fábrica de geladeiras das marcas Brastemp e C&S, instalada em Santa Catarina, pelo estabelecimento da meta de tornar-se, até 2014, a primeira indústria do ramo no mundo a reduzir a zero o envio de resíduos industriais para aterros sanitários.

Segundo o senador, a unidade, sediada em Joinville, já destina para reciclagem 94% dos resíduos de seu processo produtivo e 80,7% dos materiais de geladeiras e freezers recolhidos em seu programa de recebimento de eletrodomésticos velhos descartados pelos consumidores.

Casildo elogia plano contra enchentes em SC



Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou o plano de ações divulgado pelo governo catarinense para prevenção a enchentes nas regiões alta e média do Vale do Itajaí e na foz do rio Itajaí.

— Essa região já sofreu muito com as cheias, trazendo prejuízos incalculáveis, calamidades de toda sorte, insegurança para as famílias, pessoas e para as empresas que estão ali estabelecidas — disse.

O senador explicou que o plano prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão em cinco anos. No primeiro momento, será comprado um radar meteorológico para a antecipação de eventos climáticos.

Lauro anuncia projetos para o turismo rural



Lauro Antônio (PR-SE) anunciou ontem, em pronunciamento no Plenário, a apresentação de três projetos com o objetivo de estimular o desenvolvimento rural. As propostas contemplam matérias tributárias, previdenciárias e trabalhistas de estímulo ao turismo rural.

O senador destacou que o segmento favorece a redução da desigualdade social e econômica de ordem regional, além da inclusão social e o crescimento do emprego e da renda. Para Lauro, o turismo rural também pode ser usado como veículo de educação ambiental.

Comissão de Assuntos Sociais decide que planos de saúde deverão reparar por danos morais os pacientes que, em casos de emergência e urgência, não forem atendidos

Aprovada penalização a planos de saúde

PLANOS E SEGUROS de saúde que recusarem atendimento em casos de emergência e urgência poderão ser obrigados a reparar os pacientes por danos morais. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a Lei 9.656/98, são considerados casos de emergência “os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizados em declaração do médico assistente”. Já os casos de urgência são “os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional”. A lei já obriga o atendimento nesses casos.

O projeto (PLS 407/11) apresentado pelo senador licenciado Eduardo Amorim



Senadores consideram que cidadão que tem atendimento rejeitado em momento de fragilidade possui direito a reparação

(PSC-SE) modifica a legislação para obrigar a reparação ao paciente em casos de recusa não justificada dessa cobertura, sem prejuízo de outras sanções.

Para Amorim, tal recusa agrava o estado emocional

do paciente, já abalado pela situação de emergência. “À carga emocional que antecede uma operação soma-se a angústia decorrente da incerteza quanto à realização da cirurgia e seus desdobramentos, em

especial a alta hospitalar e a continuidade do tratamento, tudo em virtude de uma negativa de cobertura, que, ao final, se demonstrou injustificada, ilegal e abusiva”, argumenta.

O relator, João Durval (PDT-

BA), concorda com Amorim e acredita que a medida contribuirá para evitar negativas injustificadas de atendimento pelos planos de saúde.

O senador apresentou três emendas, uma delas para especificar que o direito a reparação de dano moral ocorrerá em casos de “recusa injustificada ou ilegal” (e não “injusta recusa”, como no projeto original) de atendimento em casos de urgência ou emergência.

João Durval também modificou o texto para estabelecer que a medida entrará em vigor na data da publicação da nova lei. Amorim estabelecia que a norma passaria a vigorar 60 dias após a publicação. O relator também substituiu “ressarcimento” por “reparação” dos danos morais, sob a alegação de que o primeiro termo é empregado para danos patrimoniais ou materiais e o segundo para danos morais.

Comissão aprova política contra remédios falsos

A CCJ aprovou ontem o projeto de lei (PLS 162/11) que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.

Reação de Humberto Costa (PT-PE) ao crescimento do comércio de medicamentos falsificados, a proposta recebeu parecer favorável de Anibal Diniz (PT-AC).

A iniciativa também combate a falsificação de alimentos, bebidas, suplementos alimentares, cosméticos, cigarros e materiais hospitalares e odontológicos.

Humberto Costa disse que apreensões de produtos falsos são feitas pelas vigilâncias sanitárias, pelas polícias Federal, Rodoviária e civil e pela Receita Federal. Para ele, a criação de uma política nacional facilitará a articulação entre esses órgãos.

O texto segue agora à CAS, onde será votado em caráter terminativo.

Abono do PIS pode acumular anualmente

Pagamento do abono salarial anual e dos rendimentos do PIS-Pasep, mesmo que não sacados pelo trabalhador no período estipulado pelo governo, não deve prescrever, mas sim acumular-se anualmente. Projeto de Valdir Raupp (PMDB-RO) com esse objetivo (PLS 61/06) foi aprovado ontem pela CAS, em votação final.

O projeto foi inspirado em matéria publicada no jornal *Estado de Minas*, em que se informou que parte significativa dos beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep sequer sabe que tem direito ao abono anual.

São, em média, 5% dos trabalhadores que deixam de receber o benefício a que têm direito — cerca de 1 milhão de pessoas, informou Ana Amélia (PP-RS), que apresentou o relatório, elaborado por João Vicente Claudino (PTB-PI).

Pensão vitalícia a ex-servidor da Sucam

Ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) que adquiriram doença grave devido à contaminação por diclorodifeniltricloroetano (DDT) poderão passar a receber pensão vitalícia de R\$ 2.500. Ontem, a CAS aprovou, em decisão terminativa, projeto (PLS 66/10) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que garante pensão a título de indenização pela contaminação com a substância química. Na hipótese de os ex-servidores já terem falecido, seus dependentes receberão o benefício.

O projeto também determina que o reajuste seja feito na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos benefícios da Previdência Social.

A pensão não pode ser acumulada com outro rendimento ou indenização paga pela União.

Status de doença grave a hepatite B e C

Os doentes crônicos de hepatites B ou C poderão receber os mesmos benefícios garantidos aos portadores de Aids e de outras doenças graves. A previsão consta de projeto (PLS 11/11) re-apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR) que foi aprovado ontem pela CAS e vai para decisão terminativa da CCJ. A proposta original foi apresentada pela então senadora Ana Júlia Carepa.

Os portadores das formas crônicas das hepatites B ou C terão, entre outros benefícios: proventos integrais para servidores públicos federais aposentados por invalidez; reforma militar (Lei 6.880/98); pensão especial para viúva de militar ou funcionário civil (Lei 3.738/60); auxílio-doença ou aposentadoria, independentemente do período de carência, para o segurado que manifestar a doença após filiação à Previdência Social.

Projeto amplia atribuições do agente de saúde

A lei que define atribuições do agente comunitário de saúde poderá ser modificada para incluir, entre as tarefas desse profissional, a coleta de dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais da comunidade em que atua. A proposta (PLS 379/11) foi aprovada ontem pela CAS, mas ainda precisa ser votada em turno suplementar.

No voto favorável de Humberto Costa (PT-PE) ao projeto do senador licenciado Eduardo Amorim, os agentes comunitários de saúde são considerados “pilares da atenção básica de saúde”. O parlamentar observa que a ampliação das atribuições permitirá melhor aproveitamento da estreita relação desse profissional com a população. Assim, as informações obtidas poderão tornar mais eficiente o atendimento nos serviços públicos de saúde.

Davim alerta para incidência da catarata

Paulo Davim (PV-RN) relatou sua participação em mesa de discussão sobre a catarata, durante o 4º Fórum Nacional de Saúde Ocular, promovido ontem no Senado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

De acordo com ele, o Sistema Único de Saúde teria de fazer 390 mil cirurgias de catarata por ano, junto com



Waldemar Barreto/Senado Federal

outras 180 mil no setor privado, apenas para eliminar cegueira já instalada.

Davim informou que quase 90% dos casos de cegueira estão em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimen-

to. A incidência de cegueira devido a catarata é de 5% da população de países desenvolvidos, contra 50% nas regiões mais pobres do mundo.

Lei da Saúde deve incluir atividade física

A atividade física poderá ser incluída na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, conforme projeto (PLC 46/11) da deputada Sueli Vidigal (PDT-ES) aprovado, com modificações, pela CAS.

A parlamentar explica que as políticas de saúde não consideram nem financiam a atividade física como

recurso para a obtenção da saúde de forma terapêutica ou preventiva. Assim, a proposta determina que a Lei Orgânica da Saúde passará a expressar como determinantes e condicionantes da saúde a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços especiais.

Projeto aprovado ontem em comissão prevê que empregador terá que pagar cinco vezes a diferença de todo o período da contratação

Salário menor para mulheres pode gerar multa para empresa

EMPRESA QUE PAGAR para mulher remuneração menor que paga para homem que realiza a mesma atividade deve ser multada, segundo projeto (PLC 130/11) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde terá votação final.

De acordo com o texto, o empregador que descumprir a lei será obrigado a pagar à empregada multa correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação.

O relator do projeto na CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), ressaltou que a proposta, se transformada em lei, repre-

sentará mais uma ferramenta jurídica para assegurar o princípio da igualdade.

Moka lembra que, apesar de a Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43) proibirem a diferença de salário entre homens e mulheres que executam a mesma tarefa, sob as mesmas condições e para mesmo empregador, ainda hoje muitas trabalhadoras enfrentam discriminação.

O relator saudou a aprovação da matéria, de autoria do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), e elogiou o fato de a multa proposta não estar sujeita a desatualização monetária e ser revertida em favor da empregada discriminada.

Comissão debate consulta ao SPC antes de contratação

A CAS aprovou ontem requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para discutir em audiência pública decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconheceu o direito de uma empresa de Sergipe de consultar o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) antes de contratar empregados.

A intenção do parlamentar é tentar reverter a decisão do TST. Na avaliação de Paim, o trabalhador precisa ser admitido para trabalhar e conseguir honrar suas dívidas.

A data da audiência pública e o nome dos convidados ainda serão definidos pela comissão.

Brasil é refém do imediatismo da eleição, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o país é refém do imediatismo das eleições e os projetos de longo prazo são sonhos, sem base para que se concretizem. Para ele, enquanto no regime militar faltava diálogo político, hoje falta diálogo com o futuro.

— O regime militar teve projetos de longo prazo e pre-

parava as bases de maneira estratégica para que, quando chegasse a hora, desse a sustentação ao projeto lá no futuro, quando começasse a funcionar.

Como exemplo, citou o complexo portuário de Suape (PE).



Cristovam: falta diálogo com futuro



Subcomissão tem Vital do Rêgo como vice-presidente, Eduardo Braga como relator e Vicentinho Alves como presidente

Audiências sobre aviação começam dia 5

A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, presidida por Vicentinho Alves (PR-TO), fará 20 audiências públicas a partir de segunda-feira, dia 5, para discutir o transporte aéreo de passageiros no Brasil e propor novo marco legal. O ciclo de debates foi aprovado ontem, na primeira reunião do colegiado.

Nas cinco primeiras audiências, os senadores ouvirão dirigentes de órgãos públicos e dirigentes do Sindicato Nacional dos Aeronautas e da Associação Internacional

de Transporte Aéreo. Na sequência, serão discutidos temas sobre aviação geral, táxi aéreo, aviação comercial e regional, manutenção das aeronaves, formação de recursos humanos e concessão de aeroportos. As seis últimas audiências serão em Belém, Recife, Goiânia, São Paulo, Porto Alegre e Manaus, quando os senadores buscarão reunir informações sobre problemas que ocorrem nas diferentes regiões do país.

Na reunião de ontem, Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi eleito

vice-presidente da subcomissão, que tem como relator Eduardo Braga (PMDB-AM). Também integram o colegiado Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Vicentinho, Braga e Vital citaram a morte do comandante Antônio José Maia, terça-feira quando aeronave de empresa de táxi aéreo caiu em Manaus. Para os parlamentares, acidentes assim devem servir de alerta para a necessidade de atualização da legislação da aviação civil, criada há mais de 40 anos.



Flexa Ribeiro cita acidentes aéreos

Para Flexa, Anac precisa fiscalizar aviões na Amazônia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a “miopia” do governo federal diante do agravamento da situação do transporte aéreo na região Norte, onde foram verificados cinco acidentes nos últimos 20 dias. Ele pediu mais fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na Amazônia.

— É um sistema de transporte que precisa ter controle da Anac nas revisões dos equipamentos. É necessário saber se os equipamentos que estão voando estão com as revisões em dia. Não só as grandes aeronaves, mas também as de pequeno porte.



Cyro Miranda fala de folheto da Anac

Cyro Miranda critica recomendação de agência reguladora

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou a Agência Nacional de Aviação Civil por recomendar, no impresso *Dicas da Anac*, que os passageiros evitem “despachar bagagens que contenham objetos de valor” e prefiram levá-los na bagagem de mão. Para ele, a recomendação é o reconhecimento público da incapacidade das autoridades de oferecer a devida segurança a quem utiliza o transporte aéreo.

— Se nada for feito, os aeroportos podem se transformar num cenário caótico, a exemplo das emergências de hospitais, do transporte público, entre tantas mazelas que ocorrem na sociedade brasileira.



Mozarildo: atendimento aos pobres

Mozarildo pede a contratação de mais defensores públicos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) questionou em Plenário como os pobres do país podem ser adequadamente defendidos na Justiça com o pequeno número de defensores públicos em atividade. Segundo o senador, na esfera da União há apenas 480 defensores, contra 12 mil juízes federais, 3.700 juízes trabalhistas, 1.800 membros do Ministério Público e 8 mil advogados públicos. Mozarildo Cavalcanti fez apelo à presidente Dilma Rousseff para que envie ao Congresso Nacional proposta de estruturação da Defensoria Pública da União, com a criação de mais cargos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência, ministro da Educação afirmou que, se forem aplicados na rede pública de ensino, recursos do petróleo alavancarão desenvolvimento sustentado do Brasil

Mercadante quer renda do pré-sal na educação

O MINISTRO DA Educação, Aloizio Mercadante, apelou para que as escolas e as universidades públicas recebam 30% dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal por no mínimo uma década. Dessa forma, assinalou, o Brasil vai estar preparado para o momento em que se esgotar o petróleo:

— Se aprovarmos o projeto de distribuição dos *royalties* tal como está, vamos pulverizar esses recursos. Vamos nos acomodar por 20 anos com essas receitas? O que vamos ter depois que o petróleo acabar? Temos de pensar o Brasil sem o pré-sal. O Brasil só se sustentará como país desenvolvido se tiver educação, ciência e tecnologia.

Em sua fala no Senado, na Comissão de Educação (CE), o ministro informou como pretende colocar em prática as metas do Plano Nacional de Educação 2011–2020, que está em análise da Câmara.

O governo se comprometeu a construir 6 mil creches e pré-escolas até 2014. Dessa forma, observou o ministro, será possível que um maior número de estudantes comece o ensino fundamental com “melhores condições para a alfabetização”.

Segundo o ministro, esse programa não tem problemas financeiros. A dificuldade está no tempo de construção das novas creches e pré-escolas. Por isso, informou, serão oferecidos novos métodos de construção a estados e municípios.

O grande problema do ensino fundamental, prosseguiu o ministro, é a defasagem entre a idade do aluno e a série em que ele se encontra. Hoje, 15,2% das crianças de 8 anos de idade ainda não são alfabetizadas. Para resolver essa questão, ele anunciou a adoção do Programa Alfabetização na Idade Certa.

Mercadante falou ainda da decisão de ampliar as metas



Ministro Aloizio Mercadante fala em audiência pública, ao lado do senador Roberto Requião: MEC quer aumentar escolas públicas com aulas em tempo integral

de implantação da educação em tempo integral (em dois turnos). Em lugar das 32 mil escolas que estariam no program até 2014, serão 60 mil.

A respeito do ensino médio, admitiu que existem altos índices de evasão e grande distorção entre idade e série. Em sua opinião, é preciso “repensar o ensino médio”, já que a escola “não está sendo atrativa, interessante e motivadora”.

O ministro defendeu o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — que vem enfrentando problemas como vazamentos de notas e de informações dos inscritos. Em sua opinião, o MEC “não tem culpa de o Brasil ser tão grande e tão diverso”. Houve um “avanço logístico”, disse, mas sempre haverá riscos.

A respeito do ensino superior, o ministro ressaltou a necessidade de fortalecer a formação nas áreas de ciências básicas — matemática, física, biologia e química.

Mercadante anunciou ainda a oferta de *tablets* a 600 mil professores, além de cursos de 360 horas de formação digital. Os *tablets* garantirão acesso a portal do MEC, onde haverá 15 mil aulas.

A audiência pública de ontem foi presidida por Roberto Requião (PMDB-PR).

Senadores pedem capacitação contínua de professor

A definição do volume de recursos que o país destinará à educação, a formação continuada dos professores e o novo piso nacional do magistério foram os principais temas tratados pelos senadores na audiência com Mercadante.

O presidente da Comissão de Educação, Roberto Requião, disse ver com cautela a proposta de se destinar à educação 10% do produto interno bruto (PIB), uma vez que isso não teria ligação direta com a capacidade de arrecadação de impostos. O parlamentar defendeu a criação de plano

de educação continuada para o magistério, com a adesão voluntária de estados e municípios.

— Se apostamos só na melhoria salarial, teremos os mesmos professores e nenhum reflexo na qualidade de ensino.

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que o percentual sobre o PIB poderia ser substituído por compromisso do governo de aumentar progressivamente os recursos para a educação, “na medida da necessidade”.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) falou de desigualdade regional: enquanto no Paraná

4,9% das crianças de 8 anos não são alfabetizadas, no Amapá são 23%. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) chamou a atenção para as dificuldades dos alunos do Nordeste no Enem. Segundo ele, estudantes de estados ricos que não obtiveram vaga em universidades de seus estados acabam conseguindo lugar em universidades de estados como a Paraíba.

Cícero Lucena (PSDB-PB) informou que 180 escolas foram fechadas neste ano na Paraíba e pediu que decisões assim só sejam tomadas “com a participação da sociedade”.

Para Lídice, 70% dos *royalties* deveriam ir para o setor

Na audiência, Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a destinação à educação de 70% da arrecadação de recursos com o petróleo do pré-sal. Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou argumento adicional: usando-se dinheiro do pré-sal, haverá recursos extras para a educação sem a criação de novo imposto. Wellington Dias (PT-PI) lembrou que o projeto inicial de regulamentação dos *royalties* do pré-sal incluía a destinação, por estados e municípios, de 40% para a educação. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o setor que mais precisa desses recursos é o ensino fundamental. Cyro Miranda (PSDB-GO), por sua vez, alertou para a necessidade de utilização criteriosa dos recursos públicos.

Cristovam quer colégios federais de tempo integral

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a construção de escolas federais de tempo integral em cem cidades, como estímulo à replicação pelo país afora. Kátia Abreu (PSD-TO) pediu que o MEC leve em conta a diferença entre cidade e campo na escola de tempo integral — seis horas seriam suficientes no campo, já que os alunos enfrentam viagens para chegar à escola. Ângela Portela (PT-RR) defendeu a formação de pessoal qualificado para as creches que serão erguidas pelo governo. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu o uso de telefones celulares como instrumentos auxiliares da educação. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o país deveria “radicalizar o investimento em inovação e educação”.

Novo piso dos professores é motivo de elogios e preocupação



Ângela, que é professora, diz que educação deve ser prioridade do país

O reajuste de 22,22% no piso salarial dos professores, que passou para R\$ 1.451, recebeu ontem elogios em Plenário. Mas também é motivo de preocupação para alguns senadores.

Em pronunciamento, Paulo Paim (PT-RS) parabenizou o governo e o Ministério da Educação, que, em sua opinião, vêm resgatando a dignidade dos professores. Ele disse que o próximo passo é fazer com que os estados encontrem um

meio de pagar o piso a quem trabalha 40 horas semanais.

Ângela Portela (PT-RR), que é professora, também comemorou a medida e afirmou que o ensino de qualidade tem relação direta com os direitos da categoria.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou “mais do que justo” o novo piso, mas alertou para o fato de que alguns estados e municípios terão dificuldades para pagar os novos salários.

Por sua vez, Ana Amélia (PP-RS) demonstrou preocupação com alerta da Confederação Nacional de Municípios, segundo a qual apenas 30% dos municípios poderiam pagar o novo piso do magistério.

Mesmo reconhecendo as dificuldades orçamentárias, Ângela disse ser preciso priorizar o setor.

— O grande desafio dos brasileiros é pensar o futuro. Isso só se fará com a educação de qualidade.



Ana Amélia lembra que municípios podem ter dificuldade para pagar

Prevista para ser votada ontem na Comissão de Constituição e Justiça, a matéria foi retirada da pauta para que, a pedido de vários senadores, seja realizado outro debate sobre o assunto ainda neste mês

Comissão ouvirá OAB sobre PEC dos Recursos

A PROPOSTA DE Emenda à Constituição (PEC) 15/11, que inibe recursos judiciais que apenas protelam sentenças definitivas dos tribunais superiores, terá mais uma rodada de discussões antes de ser votada. A audiência pública, ainda em março, terá entre os convidados o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, para quem a proposta restringe o direito de defesa.

A chamada PEC dos Recursos estava na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Assim que foi colocada em discussão, Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu vista e sugeriu a audiência. Ele alegou a necessidade de ouvir "institucionalmente" a OAB sobre o tema.

— Nós não estamos ouvindo um lado. Acho que, institucionalmente, temos de ouvir a OAB — defendeu Dornelles.

Com outras manifestações em prol do debate, o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), achou melhor retirar a matéria da pauta.

Dornelles disse que recebeu documentos com restrições, um deles vindo da própria OAB. Citou também pronunciamentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello. O presidente da CCJ ficou de consultar os dois ministros para saber se aceitam convite para a audiência, outro pedido de Dornelles.

Embora apoiando o novo debate, o autor da PEC, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), lembraram que o presidente da OAB havia sido

convidado a discutir a proposta no ano passado e que preferiu enviar representante.

Por sugestão de Demóstenes Torres (DEM-GO), será também convidado o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. O nome do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, entrou a pedido de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ferraço indicou ainda o professor Joaquim Falcão, da Fundação Getúlio Vargas, coordenador de estudo sobre as atividades dos tribunais superiores.



Relator da matéria, Ricardo Ferraço (E) apoiou ideia de nova audiência pública

Reforma do Código Penal reúne secretários estaduais

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou a realização de audiência pública com secretários de Segurança Pública na próxima quinta-feira, para discutir a revisão do Código Penal.

Promovido pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública, presidida por Pedro Taques (PDT-MT), o debate deverá contar com a presença do presidente da comissão especial de reforma do Código Penal, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp.

Projeto que muda Lei Maria da Penha tem votação adiada

Pedido de vista da senadora Marta Suplicy (PT-SP) adiou a votação, na Comissão de Constituição e Justiça, de projeto de lei da Câmara (PLC 16/11) que enquadra agressão cometida por namorado na Lei Maria da Penha.

Marta fez a solicitação a pedido da senadora Ana Rita (PT-ES), que é relatora da CPI da Violência contra a Mulher e pretende concentrar a discussão de propostas de mudança na Lei Maria da Penha nessa comissão.

Mário Couto critica prefeitos corruptos que tentam reeleição

Mário Couto (PSDB-PA) criticou prefeitos "ladrões e patifes" que tentam agradecer a população quando as eleições municipais estão próximas. O prefeito de Salinópolis (PA), Vagner Santos Curi (PT), é um exemplo de "prefeito ladrão", disse ele.

— Ladrão é aquele que rouba o povo. Eu nunca conheci um ladrão igual. Tenho provas na mão. Vou trabalhar com muito afinco para colocar esse patife na cadeia.

Capiberibe cobra conclusão de inquérito sobre desvios no Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) cobrou a conclusão do inquérito decorrente da Operação Mãos Limpas, que investigou no Amapá desvio de recursos destinados à educação. Desencadeada em 2010, a operação prendeu mais de 20 pessoas, entre elas o então governador Pedro Paulo Dias e o ex-governador Waldez Góes. Além da impunidade, Capiberibe disse que a demora cria problemas para o governo, pois muitos documentos continuam apreendidos.

Suplicy reforça convite a juiz para debater despejo do Pinheirinho

Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou convite ao juiz Rodrigo Capez, assessor da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, para que compareça hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para debater ações policiais para reintegração de posse de imóveis, como a realizada no Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). O juiz é autor do artigo "Pinheirinho: ideologia e fatos", que, segundo Suplicy, tenta "justificar o que é injustificável".

Marcelo Crivella assume amanhã Ministério da Pesca e Aquicultura

O Palácio do Planalto anunciou que o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) substitui Luiz Sérgio como ministro da Pesca e Aquicultura a partir de amanhã. A mudança permite incorporar o PRB ao governo. Crivella, que é engenheiro civil, diz ter muito a aprender na área.

— Quando fui convidado, no fim de semana, minha primeira reação foi de surpresa. Verifiquei que esta é uma homenagem que a presidente da República quer fazer ao povo fluminense. É uma área em que, confesso, vou ter que aprender muito.

Crivella referiu-se ainda ao *Caderno de Metas para 2022*, do PRB, que tem entre seus objetivos ajudar o Brasil a duplicar a estrutura sustentada de peixes e triplicar seu consumo *per capita*.

O país tem 800 mil engenheiros, sendo que apenas 1.475 são da área da pesca. Por isso Crivella defende a



Marcelo Crivella diz que a pesca deve ter empresa como a Embrapa

criação, na área da pesca, de empresa nos moldes da Empresa Brasileira de Agricultura (Embrapa).

De manhã, após reunião com o presidente José Sarney, a ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, disse que "o PRB é 'parceiríssimo' desde o governo do presidente Lula, com o ex-vice-presidente José Alencar, e também tem sido durante o governo da presidente Dilma Rousseff".

Vaga no Senado será ocupada por Eduardo Lopes

Com a posse de Marcelo Crivella (PRB-RJ) no Ministério da Pesca marcada para amanhã, seu 1º suplente, Eduardo Lopes, ocupará a vaga no Senado. Lopes é ex-deputado federal e atual vice-presidente do PRB do Rio de Janeiro. Ele esteve ontem no Senado, tomando providências para assumir o mandato no início da próxima semana.

Eduardo Lopes disse que dará continuidade ao "trabalho excelente" de Crivella. Entre as principais tarefas, ele cita a defesa dos interesses



Eduardo Lopes tem prioridade nos royalties devidos a seu estado

do Rio de Janeiro na partilha dos royalties do petróleo e os novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Eduardo Lopes também pretende trazer ao Senado propostas focadas no desenvolvimento sustentável.



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal



Marcílio Moraes/Senado Federal